



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS	
CEOP	
N.º ÚNICO	502107
ENTRADA / S.º / DA N.º	630 DATA 28/7 2014

Exmo. Senhor Presidente da  
Comissão de Economia e Obras Públicas  
Assembleia da República

Lisboa, 28 de julho de 2014

**Assunto: Audição com o Presidente do CA da TAP sobre as condições de fiabilidade e segurança na Companhia**

Tal como o PCP tem reiteradamente alertado, vimos assistindo a orientações desastrosas para o sector dos transportes: a subordinação de todo o planeamento ao objetivo da privatização dos sectores estratégicos; a redução do preço da força de trabalho, bem como a precarização e redução do emprego; a colocação de metas de cariz economicista e financeiro acima das metas de serviço público, dos objetivos económicos a alcançar e dos níveis de fiabilidade e segurança da operação.

Esta é uma realidade que afeta todo o sector dos transportes, e da qual a TAP tem sido igualmente vítima, e que o Grupo Parlamentar do PCP tem suscitado na Assembleia da República.

Ainda no passado dia 2 de Julho, na Audição realizada nesta Comissão Parlamentar, o PCP questionou o Ministro da Economia sobre a fiabilidade da operação da TAP face a esta política de crescimento não sustentado e às notícias que se multiplicavam sobre atrasos nas operações e cancelamentos de voo. Para a Audição de dia 17 de Julho, com o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, o PCP apresentou um pedido de informações sobre a situação da operação da TAP e abordou o assunto na reunião.

Nas duas semanas que separaram as duas audições na Comissão Parlamentar, os acontecimentos ocorridos configuravam uma situação que era demasiado grave para continuar a ser ignorada pelo Governo – provavelmente por isso, a atitude humorística do Ministro na reunião de dia 2 não teve continuidade na reunião de dia 17 com o SEITC (que aliás reconheceu a situação de crescimento não sustentado na TAP). Todavia, questões de evidente importância que o PCP suscitou na reunião ficaram e continuam por responder.

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou a 14-07-2014 um requerimento para audição com o Presidente do Conselho de Administração Executivo da TAP para esclarecer estas questões. Tal requerimento não foi votado nessa semana mas sim apenas no dia 23. E nesse dia foi rejeitado, com o voto contra do PSD e do CDS-PP.

A opção da maioria parlamentar PSD/CDS prejudicou assim o cabal e atempado esclarecimento da situação atual, em que persiste uma campanha interna contra a TAP, onde se misturam problemas reais com boatos, onde problemas são empolados e se foge das suas causas profundas, concorrendo para abrir caminho à ideia da suposta “inevitabilidade” da privatização da Companhia.

Estes partidos defenderam o adiamento dessa audição, alegando que seria prejudicial para a TAP que estes assuntos fossem abordados nesta altura – e que em Setembro seria o momento oportuno para tal reunião. Depois disso, apresentaram mesmo um requerimento onde se pode ler que *«entendem ser importante ouvir nesta comissão o Sr. Presidente do CA da TAP, já depois de terminada a operação de Verão, altura em que já haverá dados suficientes para se avaliar corretamente a situação sem acrescentar entropias à operação e para ser feito um balanço»*.

Ora, tendo em conta que a operação de Verão na TAP ainda estará a decorrer em Setembro, importa clarificar as opções de agendamento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar.

Ou a maioria PSD/CDS pretende fazer um balanço da operação de Verão na TAP, já depois da sua conclusão (e para isso conta chamar o Presidente da TAP à AR lá para Outubro), ou então a Comissão Parlamentar, inviabilizada que foi a hipótese de uma audição em Julho, avança com novo agendamento para a primeira oportunidade que seja possível. Para o PCP, esta última opção é a que se impõe, sem mais adiamentos.

Mais uma vez reiteramos: é uma evidência que a fiabilidade da operação da TAP está a ser posta em causa. A origem profunda destes problemas é conhecida, e resultam de uma série de opções de gestão que têm sido impostas à empresa pela tutela, nomeadamente:

- Uma política de congelamento e redução salarial e de ataque à contratação coletiva, que levou ao abandono de trabalhadores altamente qualificados, à não renovação atempada dos quadros e à redução da capacidade operacional;

- Uma política destinada a tornar «mais atrativa» a TAP para a privatização que o Governo continua a priorizar, e que levou a que a TAP se lançasse num aumento da oferta acima dos níveis sustentáveis pela capacidade da frota e pelo efetivo de que dispunha.
- Uma política destinada a «tornar atrativa» a manutenção Brasil (ex-VEM), que tem implicado o desvio de recursos e até de trabalho, nomeadamente da própria frota da TAP;
- Uma política de desestabilização sistemática do handling.

O Governo pretende agora afirmar que a solução para os problemas criados pelas suas próprias opções é prosseguir essas opções e avançar para a privatização. Não o é. O que é preciso é inverter este caminho, que ameaça destruir a TAP e o bom nome, respeito e prestígio que, justamente, a fiabilidade e segurança da sua operação conquistaram ao longo de dezenas de anos.

É neste contexto, que não pode ser ignorado nem esquecido, que consideramos necessário ouvir na AR o Presidente da TAP.

**Assim, e no sentido de abordar a matéria referida, o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer a audição Presidente do Conselho de Administração Executivo da TAP nesta Comissão, a realizar o mais rapidamente possível.**

Pelo Grupo Parlamentar do PCP

**Bruno Dias**

N.<sup>a</sup> Ref.<sup>a</sup> 45788 -1373/INPA/14

